

Resenhas

AMOROSO, Marta; MENDES DOS SANTOS, Gilton (Org.). Paisagens ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. 344 p.

José Cândido Lopes Ferreira
(IDSM-OS)

Rafael Barbi Costa e Santos
(UnB)

“Paisagens Ameríndias: Lugares, Circuitos e Modos de Vida na Amazônia”, organizado por Marta Amoroso e Gilton Mendes é resultado de um “Programa de Cooperação Acadêmica” entre os departamentos de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas e a Universidade de São Paulo. “Paisagens Ameríndias” tem uma marca própria, apresenta abordagens inovadoras para temas clássicos, novos modos de fazer etnografia e antropologia na Amazônia. Se pesquisar na Amazônia é pesquisar “na floresta”, as novas investigações acontecem também nas cidades, escolas, articuladas em torno de projetos (de revitalização cultural, de desenvolvimento local, de conservação, geração de renda), da economia do aviamento, das diferentes conexões possíveis entre o meio urbano emergente e a vida nos “beiradões”. Autores indígenas fazem antropologia, expondo equívocos etnográficos indicando novos caminhos para a disciplina. O americanismo, criticado por supostamente isolar e tornar “exóticos” temas e povos indígenas, aqui mostra de forma competente como as cosmografias indígenas, antes de fechadas em si mesmas, emergem relacionadas ao conjunto de mudanças pelo qual passa a Amazônia e se atualizam dentro da própria universidade.

“Paisagens Ameríndias” está organizado em três partes: “Lugares e Circuitos na Amazônia Central e Meridional”, “Coletivos e Pessoas no Alto Rio Negro” e “Extratativismo e Cosmologias no Médio Purus”. Essa divisão prioriza recortes geográficos e de áreas etnográficas, embora os grandes temas do livro perpassem todas essas partes. Orientamos nossa resenha através de outro agrupamento dos capítulos com base nos seus grandes temas: indígenas na cidade e na universidade, e o desafio em criar e conduzir projetos de vida e conhecimento; história e transformação, modos persistentes de subjetivação em meio às sucessivas frentes do colonialismo; relações e lugares, onde se destaca a proeminência lugar na constituição do cosmos, da pessoa, e da diferença.

Os percursos indígenas entre cidades, universidades e a condução de projetos abre um terreno fértil para pensar questões para além das políticas de Estado. A proposta para uma “etnologia urbana” orienta a discussão dos indígenas na cidade de Manaus. José Magnani e José Agnello constroem tal proposta a partir da revisão da literatura sobre a presença de indígenas nas cidades Amazônicas e das perguntas que emergiram a partir da etnografia entre os Saterê-Mawê. A noção de “circuito” ilumina maneiras de pensar redes de relações (de parentesco, inclusive), nas quais os atores não dispõem da contigüidade espacial como meio de articulação. O enfoque nas formas de uso do “tempo livre”, em oposição ao “trabalho” é um artifício analítico que permite que o antropólogo pense sobre os indígenas de formas não convencionais – evitando, por exemplo, que a análise se restrinja a questões como o trabalho informal e baixa renda que relega os indígenas urbanos à condição de lumpen proletariado. A articulação do circuito Saterê-Mawê é seguida através da descrição da história de seu deslocamento para Manaus e das formas de ocupação indígena nas Festas de Tucandeira, mobilização em torno do Peladão Indígena e a produção de artesanato – as duas últimas descritas em detalhes no capítulo de Yuri Tambucci, Rodrigo Chiquetto e Ana Luísa Sertã.

Outro modo de habitar a cidade é descrito por Deise Lucy Montardo através da etnografia de um projeto de “valorização musical” encabeçado por uma família Hohodene, que migrou do rio Ayari para área periurbana de São Gabriel da Cachoeira. A implantação do projeto implica tornar públicos aspectos da cultura ritual dos grupos de língua Arawak restritos aos iniciados. A Maloca Casa de Conhecimento, segundo Montardo, abre novos canais de comunicação com os ancestrais míticos e também com o mundo dos brancos, o que contribui para fazer “um território baniwa na cidade de São Gabriel”.

A interação entre as práticas de conhecimento acadêmicas e indígenas é tematizada no capítulo “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Antropológico”. O *kumu* tukano Luciano Barreto, e os antropólogos João Rivelino Barreto (seu filho) e Carlos Dias Jr propõem uma antropologia cruzada, partindo do pensamento tukano (*Úukuse*). Este constrói e pensa o mundo a partir de formas classificatórias hierárquicas que determinam posições da vida e possibilidades de conhecimento. Para além do verbo, da palavra, este conhecimento é performático, sendo sua forma e conteúdo igualmente importantes; é uma forma da vida, e a vida é uma forma de conceitualizar o mundo. O *Úukuse* é comunicado nos termos míticos e do mundo vivido, uma performance do pensamento que é constantemente afetada, atualizada, pelas transformações do mundo.

O mesmo tema, transformado, baliza o capítulo “Os Seres e as Espécies Aquáticas” elaborado por João Paulo Barreto e Gilton Mendes, sendo o primeiro um antropólogo tukano. Os procuram descortinar alguns equívocos acerca do estatuto de humanidade dos peixes no Alto rio Negro, uma elaboração reflexiva em torno das teorias antropológicas produzidas no contexto rionegrino. Segundo afirmam, os peixes não teriam uma condição humana, tendo sido criados a partir de pedaços ou restos de objetos diversos. O vocábulo *wai*, que significa peixe, tem relação com a categoria *wai-mahsã*, que denomina “os humanos invisíveis das águas”, criados pelos demiurgos, que precedem e sucedem a vida humana. Para além da

taxonomia de espécies, Barreto e Mendes apresentam uma antropologia das relações que têm os peixes como resultado de uma série de eventos e histórias que perpassam contextos socioecológicos, coletivos humanos e não humanos.

A equivocação produzida nas múltiplas interações entre o conhecimento técnico científico e o conhecimento indígena emerge a partir da etnografia de um projeto de piscicultura feita por Milena Estorniolo. A autora trabalha noções de “natureza” e “meio ambiente” no contexto desse projeto, sendo seu principal objetivo atuar no cerne das diversas equivocações que emergem na interação de instituições, técnicos e indígenas. O projeto objetiva a segurança alimentar de comunidades indígenas, embora a própria escassez seja pensada de maneira diversa pelos baniwa e pelas instituições atuantes. Fazer funcionar o projeto implica na tarefa de comunicar mundos diferentes, ontologias distintas, percorrer os meandros da política indígena local e das rivalidades decorrentes de diferenças religiosas, além das etiquetas que regem o uso de rios e lagos.

No conjunto de capítulos onde os temas da história e da transformação são explicitados, a figura das formas resiliência indígena frente à expansão colonial ganham contornos variados. Em o “Nascimento da Aldeia Mura”, Marta Amoroso reúne etnografia e história para refletir sobre os “sentidos e modos de habitar a beira” entre os Mura do Baixo Madeira. As aldeias Mura contemporâneas marcam a transição entre regimes temporais distintos, sendo lócus de disputas políticas internas. A partir da história da aldeia Piranha, somos levados a conhecer a conexão entre a formação de assentamentos e a relação dos Mura com os seres do patamar subaquático (Cobras, Caboclos do Fundo e Botos). Os Mura, como outras populações na região, se identificam como “caboclos”, o que à primeira vista os relegaria a integrar de modo indistinto a extensa população rural amazônica. O olhar atento de Amoroso permite, por um lado, entender particularidades do mundo dos Mura (“a nossa linguagem”, os tuxauas peara, o ideal do “viver embarcado” e seu xamanismo aquático) como também problematizar o que a categoria “caboclo” encapsula.

No panorama histórico sobre o extrativismo no rio Purus, Alexandre Cardoso segue o relato de João Martins da Silva Coutinho, encarregado de uma expedição que visava levantar potenciais riquezas neste rio. Cardoso inverte a perspectiva de uma “aculturação”, que se daria no contexto da intensificação do extrativismo, por um lado “não-índios” que viviam junto aos indígenas e trabalhavam ao modo destes, e por outro destacando modos nos quais os indígenas se envolviam nas redes do aviamento. A questão aqui não é a negação da violência colonialista, mas expor como a relação entre indígenas e seus Outros se entrecruzou de modo a produzir “os meandros da história do Purus”.

Ainda no Purus, os modos de relação entre os Deni e sua interação com o aviamento são descritos por Marcelo Florido. Partindo dos temas da reciprocidade e do parentesco, analisa o *manakuni*, conceito que os Deni do Cuniuá traduzem como “pagamento”, mas cujo significado é ampliado mediante a análise das relações em torno do mundo das mercadorias e das trocas matrimoniais. Quando pensado a partir

das trocas matrimoniais, o *manakuni* surge enquanto vetor de obrigações que favorece a troca restrita. As maneiras das cosmologias indígenas em capturar e transformar o aviamento também emergem na etnografia Jarawara. Fabiana Maizza discorre a respeito do conceito Jarawara de *inamati*, qual é traduzido por “alma”, o espírito de plantas e animais. Os *inamati* oferecem perigo aos humanos que podem ter sua alma raptada por eles e levada para a morada no céu, ocasionando doenças no corpo. Uma característica forte dos *inamati* é a belicosidade, estão sempre brigando, especialmente com outros que não conhecem, como também se portam os Jarawara. Os padrões do aviamento eram tratados como inimigos, como foram os Juma, e as relações travadas com eles são narradas como lutas. Mitos e histórias contadas pelos Jarawara marcam suas preocupações centrais: a relação com os Outros na forma de uma diplomacia da guerra.

Angélica Vieira apresenta uma coletânea de registros históricos sobre o estilo de vida dos Paumari, povo de língua Arawa habitante do médio curso do rio Purus. Vários viajantes e cronistas que navegaram pelo Purus nos séculos XIX e XX descreveram as técnicas e habilidades desse “povo das águas”. A vida Paumari é marcada pela pesca, sendo sua especialidade é a pesca do peixe-boi, animal explorado no século XIX por sua carne e gordura. Os Paumari têm um amplo conhecimento sobre o animal, identificando os “boiadores”, onde o peixe sobe para respirar, seus alimentos preferidos, e também seus humores. A pessoa Paumari encontra-se intimamente ligada ao mundo vivido nos rios e lagos e às práticas de navegação e pesca.

A relação entre lugar, pessoa e parentesco compõe o terceiro eixo temático. Márcio Silva retoma a dimensão da espacialidade no parentesco. Partindo da sociocosmologia Enawenê-Nawê, Silva descreve como a disposição das casas nas aldeias dos planos celeste e subterrâneo influenciam mutuamente o exercício do parentesco e vicinalidade no plano terrestre. Os membros de um clã desejam residir em frente às suas próprias Casas Cerimoniais, mas se encontram envolvidos em uma rede de uniões matrimoniais, entrecortadas por inúmeras disputas políticas. A vicinalidade entre os Enawene-Nawe acaba sendo relegada a uma multiplicidade de fatores que trariam a história para o primeiro plano, pois esta informa as transformações na espacialidade do parentesco.

A relação entre onomástica e toponímia marca capítulo escrito por Miguel Aparício. O autor descreve parte da paisagem etnográfica do médio Purus através de uma análise das redes de relações do Suruwaha, povo indígena de língua arawa do rio Cuniuá. A discussão a respeito de “unidades sociais básicas” (*dawa, madi, madiha, yafi, deni...*) desvela ao mesmo tempo, a problematização dos esforços de construção de modelos antropológicos que enquadram essas unidades enquanto “clã”, “povo” ou “etnia”, como também coloca, entre os Suruwaha, uma evidente ligação entre nomes e topônimos. Ainda que o tema das “unidades sociais” seja canônico nas etnografias do médio Purus, Aparício propõe que essas formas de nomear e classificar os Outros projetariam não os fundamentos uma *sociologia* Suruwaha, mas de sua *antropologia*, de sua teoria das formas de diferenciação. Com uma proposta similar, pensando o ritual de iniciação masculina (*bahinja maryba*) Waimiri-Atroari, Matarezzio Filho faz uma análise comparativa que permite estabelecer as correspondências trans-escalares entre a composição da pessoa e as relações com afins e inimigos.

João Jackson Vianna explora experiências de adoecer entre os Baniwa ocasionadas por ataques dos *yóopinai*, seres que habitam malocas subterrâneas e capturam os corações-alma (*ikaalemi*) das pessoas humanas. Tais ataques, segundo os Baniwa, estariam relacionados ao descuido com o corpo e ao distanciamento da vida nas aldeias. O território *yóopinai* é análogo à disposição das aldeias baniwa, organizadas ao longo da bacia do Içana. Quando atacada, a pessoa tem seu coração-alma capturado para a maloca dos *yóopinai*, sendo o corpo doente acometido por dores e desmaios, podendo transformar-se em um *yóopinai* deixando o mundo dos humanos. Entre os Baniwa, doença e saúde são pólos mediados por estados graduados de alteração, que caracterizam o humano e o não humano.

Em “Paisagens Ameríndias” os lugares vêm à tona como indissociáveis da construção de pessoas e relações. As transformações dos mundos indígenas, suas práticas de conhecimento próprias de tempo e temporalidade, trazem a história para outro patamar. Retrata-se aqui mundos vividos que comportam, sem contradições, elementos cosmológicos indígenas e aqueles próprios ao “sistema mundial”: economias de mercado entrecruzam-se com o parentesco, projetos culturais e ambientais encontram éticas e conhecimentos indígenas. A Amazônia contemporânea poderia ser pensada como uma paisagem “pós-moderna”? Talvez. Mas se a pós-modernidade é marcada pelo multiculturalismo, “Paisagens Ameríndias” aponta para outras questões que entendemos ser multinaturalistas. As paisagens amazônicas estendem-se da floresta à cidade, passando por mundos subaquáticos e subterrâneos, rios e igarapés. Marcam gradientes de alteridade, distinções entre humanos e não-humanos, natureza e cultura, não propriamente como oposições dualistas, mas formas encadeadas de existência.

José Cândido Lopes Ferreira é Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Rafael Barbi Costa e Santos é Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisador Assistente do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM-OS)

Recebido em: 30/06/2015

Aprovado em: 30/10/2015